

Editorial

General
José Luiz Pinto Ramalho



Editorial

Em 31 de outubro, teve início, em Glasgow, no Reino Unido, a COP 26 (Conferência das Partes), também designada por Cimeira do Clima, que decorrerá até 12 de novembro. Realizada sob a égide da UNFCCC (UN Framework Convention on Climate Change) e no seguimento da Cimeira da Terra de 1992, no Rio de Janeiro, tem reunido, anualmente, desde 1995 (à exceção de 2020, por razões da Pandemia) e procurado encontrar plataformas de entendimento no sentido de garantir que o limite do aumento de temperatura no Globo fique abaixo dos 2 graus célsius.

As reuniões têm produzido Mandatos (Berlim, 1995), Protocolos (Kyoto, 1997), Planos de Ação (Bali, 2007), Plataformas de Entendimento (Durban, 2011) e o Acordo de Paris, em 2015. Contudo, o aumento do efeito de estufa, resultante de uma economia apoiada na energia produzida pelo petróleo, carvão e gás natural tem continuado, assim como o efeito cumulativo do dióxido de carbono e das emissões de metano. Também relativamente à meta para se atingir a neutralidade carbónica, fim da utilização dos combustíveis fósseis, não é consensual; para o COP 26, era 2050, e para a República Popular da China (RPC), é 2060.

Não vão estar presentes nesta Reunião a RPC e a Rússia, dois países que continuam a apostar nas centrais a carvão, a par da Índia, que recusa aceitar, por razões de necessidade de acelerar o seu desenvolvimento, as metas da neutralidade carbónica, assim como a Indonésia e o Vietname, que consideram injusto o estabelecimento de tais metas sem que paralelamente se criem ajudas concretas aos países que não conseguem atingir níveis de desenvolvimento que resolvam os seus problemas sociais, de assimetrias de condições de vida e de emprego.

Em termos mundiais, o investimento nos combustíveis fósseis tem caído mais

rapidamente do que o aumento do investimento que se destina a energias alternativas, o que tem levado ao aumento atual dos preços das energias habituais (fósseis) e a uma crise de diversos tipos de abastecimentos e de matérias-primas, a nível mundial, com evidentes implicações no emprego e na estabilidade social, designadamente, nas economias mais frágeis.

À semelhança das reuniões anteriores, os Líderes mundiais estão presentes no início da Conferência, mas serão os seus representantes a conduzir as negociações mais complexas, devendo os resultados ser apresentados até às 18 horas do dia 12 de novembro.

A reunião de Glasgow foi precedida da Cimeira do G20, em Roma, com o anfitrião Mário Draghi a celebrar os progressos alcançados e António Guterres, Secretário-geral da ONU, a lamentar a sua frustração pelos fracos avanços verificados. A afirmação da Cimeira aponta para que os esforços sejam feitos no sentido de limitar o aumento da temperatura a 1,5 graus célsius e a mobilizar anualmente 100 milhões de dólares para ajudar os países em desenvolvimento a combaterem as alterações climáticas, objetivo que não tem sido cumprido pelos dois lados. Os especialistas, face à gravidade da situação, consideram já essa verba insuficiente.

Concretamente, durante o ano de 2020, as transferências foram da ordem dos oitenta mil milhões e nos países recebedores não foram atingidos os objetivos estabelecidos para a redução das emissões e para as transformações para as energias verdes, assim como se verificou também uma deficiente preparação e constituição de capacidades para enfrentarem os impactos dos fenómenos meteorológicos extremos.

Estamos perante uma situação de extrema complexidade, em que as alterações climáticas poderão entrar numa fase de difícil controlo e onde a atual prosperidade pode vir a ser posta em causa. Encontrar as soluções adequadas exige uma coerência de esforços, ações e comportamentos, em que a solidariedade e a confiança serão decisivas. Estará a Comunidade Internacional disponível e empenhada em encetar essa caminhada a favor da Humanidade?

As declarações de António Guterres e do Papa, no início da Reunião do COP 26, foram nesse sentido, pedindo que fossem esquecidas ou contidas as divergências entre a RPC e os EUA e entre estes e a Rússia, também os diferendos da UE com aquele país e, internamente na União, entre o Reino Unido e a França, e entre esta e os EUA. Poderíamos acrescentar os diferendos no Médio Oriente, entre Israel e o Irão, a Turquia e alguns dos seus parceiros da OTAN, a situação na Líbia, no Iraque e no Afeganistão, ou em África.

A Comunidade Internacional tem um difícil caminho a percorrer. Infelizmente, políticos, cientistas, diplomatas, ativistas, artistas, “media” e investidores preocupados com o futuro do planeta, dizem que o tempo para fazer esse percurso está a esgotar-se. A UNFCCC e as reuniões do COP têm um papel crucial, num processo que é urgente, histórico e vital para o Planeta e, naturalmente, para a Humanidade, mas, paralelamente,

ninguém está dispensado de participar ativamente para que a COP 27, já marcada para novembro do próximo ano, em Sharm El Sheikh, no Egito, possa ser a confirmação da execução das medidas que têm vindo a ser propostas.